

A Avaliação como Instrumento de Desenvolvimento e Aprendizagem do Aluno

* Prof. Leandro Magalhães

Não faz muito tempo, a rotina de uma sala de aula da educação básica, principalmente no ensino fundamental, era bastante previsível; todo o processo começava com o professor falando, os alunos escutando, sem espaços para questionamentos ou reflexões, tudo vinha pronto, tudo tinha que ser decorado. Até mesmo a tarefa para casa parecia ser padronizada para todas as séries e disciplinas, era necessário resolver questionários intermináveis, pois tudo aquilo seria cobrado na prova, exatamente igual. A avaliação, aliás, mais parecia um instrumento de punição ou de intimidação, era uma ferramenta usada para classificar ou “eliminar”. E o pior é que tudo isso parecia não fazer sentido com o mundo lá fora, com a realidade, com as vontades e com as necessidades dos alunos, fato que contribuía até mesmo para a evasão escolar.

Muitos são os fatores que contribuíram para que o sistema de ensino no Brasil chegasse a esse ponto. Historicamente a educação escolar nunca foi prioridade em nosso país. Não houve em períodos passados comprometimento por parte dos governantes, e até mesmo de outros setores da sociedade, no sentido de investir e incentivar a oferta do ensino com qualidade e acesso democrático. Até mesmo a formação de professores era moldada na rigidez do tecnicismo e do positivismo; as graduações, incluindo as licenciaturas, eram estruturadas em um projeto pedagógico burocrático, voltado para atender às demandas do mercado. Não se formavam cidadãos ou profissionais críticos, formava-se o “operário padrão”, a serviço do progresso e do capital.

O professor, que quisesse fugir do “rigor mecânico” de sua formação, tinha que inovar por conta própria, mesmo sem saber exatamente como fazer; mas quase sempre se deparava com uma espécie de “cartilha” imposta pelo projeto pedagógico da escola e pelo sistema; qualquer tentativa que não seguisse os padrões era recebida com muitas resistências e desconfianças. Tudo isso ficava claro na rigidez do processo avaliativo e na concepção de avaliação por parte de muitos colegas de trabalho que ainda carregavam a herança de uma experiência de ensino moldada no autoritarismo vivido pelo país em um passado recente. Autores como Fisher (2002, p. 19) denuncia a herança e a forte influência do regime político militar na educação brasileira durante as décadas de 70 e 80, quando diz: “... a avaliação caracteriza-se pelo aparato instrumental que tentou aprimorar ao máximo as possibilidades de ser científico ao se avaliar. Ou seja, garantir a fidedignidade dos testes, evitando a subjetividade, insistindo que somente a neutralidade do avaliador permitiria conclusões objetivas e imparciais”.

A avaliação, nessa perspectiva, assim como todos os demais componentes do ensino, passa a ser duramente questionada, sobretudo pelo seu caráter classificatório e excludente. E isso ocorre em todas as áreas de conhecimento e em todos os níveis de ensino. Portanto é uma prática pedagógica que precisa ser urgentemente repensada, mas não de forma isolada e sim dentro de um contexto mais amplo que envolve reformulação dos currículos escolares, práticas pedagógicas inovadoras e formação

de professores dentro de uma perspectiva de ensino voltado para a crítica, reflexão e autonomia do cidadão. Para a professora Lúcia M. de Assis, doutora em Educação e Professora na área de Políticas Educacionais da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, ao pensar e refletir sobre os processos que envolvem o ensino e a aprendizagem, pode-se destacar dois elementos fundamentais ao cotidiano escolar: as concepções de currículo que orientam as práticas pedagógicas e as características dos processos avaliativos. Historicamente, estes elementos da práxis escolar vêm sofrendo mudanças em função das características sociais, políticas, econômicas e culturais de cada época que marca o desenvolvimento da sociedade brasileira.

“... o ato de avaliar é um ato de investigar, e se necessário intervir. A avaliação configura-se como um ato de investigar a qualidade da aprendizagem dos educandos, a fim de diagnosticar impasses e conseqüentemente, se necessário propor soluções”. (Luckesi, 2011. p. 175)

Os processos educativos vêm passando, nos últimos anos, por questionamentos e propostas de mudanças em todos os seus níveis. A escola, em especial aquela que oferta o ensino básico, passa a ter a necessidade de se tornar um espaço de mudança e de desenvolvimento da sociedade, devendo assumir também o papel de transformação social por meio da democratização do acesso aos conhecimentos produzidos, da crítica ao modelo social vigente e da luta pela superação das desigualdades sociais. A avaliação, enfim, deve contribuir para o desenvolvimento e aprendizagem do aluno; nesse contexto o **desenvolvimento** se refere ao preparo do aluno para o exercício da cidadania e a busca constante da justiça social. Já a avaliação para a **aprendizagem**, refere-se à qualidade do processo, abrindo espaço para o diálogo, questionamentos e reflexões. Ambos os caminhos levam ao conhecimento e à autonomia. Conforme salienta Freire (1996. p. 25) “... devo respeito à autonomia, à dignidade e à identidade do educando (...). De nada serve (...) falar em democracia e liberdade [*se é imposta*] ao educando a vontade arrogante do mestre”. Portanto, a avaliação deve ser entendida como uma importante prática pedagógica e, por isso, deve estar presente na formação do professor.

A prática de ensino deve ser constantemente repensada, deve-se verificar se as propostas pedagógicas, os currículos e as práticas avaliativas condizem com as reais necessidades e anseios dos alunos e da realidade em que eles vivem. Ao professor é permitido, e necessário sim, experimentar, mudar e inovar os métodos; sendo mais que um desafio, é uma necessidade. Isso se faz com atitudes, mas também com conhecimento e responsabilidades; seja na sala de aula ou fora dela. Assis (2003, p. 158-159) foi enfática ao dizer que é imprescindível que o professor reconheça seu papel no ato de avaliar que é mais do que medir, visando sempre uma perspectiva de avaliação por acompanhamento, com posterior reflexão da prática, para que assim possa contribuir para uma mudança de postura tanto para o avaliador quanto para o avaliado. “... educadores e educandos são vistos como parceiros na elaboração e sistematização do conhecimento, não havendo espaços para rivalidades e arbítrios, mas para o respeito e empatia”.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, L. G. M. *A Avaliação como instrumento de desenvolvimento e aprendizagem do aluno*. Web Artigos. 2015. www.webartigos.com.br

ASSIS, Lúcia Maria de. *A Avaliação discente sob múltiplos olhares: algumas reflexões teóricas*. Revista Avaliação. Campinas – SP. p. 143-163.

_____. *Avaliação, currículo e docência: contribuições teóricas e conflitos da prática*. Anpae. www.anpae.org.br (acesso em 11-06-2015).

FISCHER, Beatriz T. Daudt. *Processos avaliativos: pano de fundo dos cenários escolares*. Coleção Educação Unisinos - v. 6, n. 11. 2002, p. 11-27.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Editora Paz e Terra. São Paulo – SP. 1996. Pág. 25.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação da Aprendizagem*. São Paulo – SP. Editora Cortez 2011, p. 175.

* Leandro Magalhães (ALMEIDA. L. G. M.) é graduado em Geografia e atua como Tutor no curso de pós-graduação em Ensino de Geografia pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM MG.